

MARCOS EHRHARDT JR.

COORDENADOR

## IMPACTOS DO NOVO CPC E DO EPD NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

PREFÁCIO

HELOISA HELENA BARBOZA



Apesar da grande repercussão do advento do novo Código de Processo Civil no cotidiano forense, a introdução de outra norma, a Lei nº 13.146/15, denominada de Estatuto das Pessoas com Deficiência, também provocou relevantes mudanças na teoria geral do direito civil em nosso país. Os civilistas encontram-se refletindo num mar de indagações e incertezas sobre as transformações e impactos que o CPC/15 e o EPD introduziram, razão pela qual pesquisadores integrantes dos grupos de pesquisa mais atuantes no país se reuniram nesta obra, buscando apresentar ao leitor os contornos do estágio atual das interfaces entre as leis mencionadas sem perder de vista que o diálogo entre os diferentes diplomas legislativos deve ter como fio condutor a metodologia do direito civil constitucional e a perspectiva de proteção da pessoa humana.

Direito, teu nome é movimento

O Direito é um ser vivo que nasce para realizar-se com dignidade; existe, pulsa, pena, às vezes padece, sobrevive, não raro sofre de pequenos óbitos que, nada obstante, não ferem por inteiro a própria essência nessa existência diária.

Pela manhã, desperta alimentando-se de teses que almejam efetividade; almoça, quando possível, na casa da prestação jurisdicional que objetiva justiça; e janta – isso nos dias em que bem se nutre – com deferimento ou improcedência.

Vai repousar buscando forças nas derrotas e energia nas conquistas a fim de retornar amanhã em novo dia, todos os dias.

Direito, teu nome é movimento.

Ainda que se vitime o nascituro direito, a concepção resiste; ainda que se atente contra a vida, o Direito subsiste mesmo no caos, na tragédia, no erro, na injustiça, no horror, na intolerância e até diante da própria morte. Ainda que se negue ao Direito o direito a alvorecer, ao alçar-se o sol o medo não afasta a tessitura da manhã. Mesmo mal desperto, o Direito arrosta a trama que intenta negar a própria vida, teima com ousio em persistir, e o faz como todos nós, parte do universo dos seres e coisas vivas; se o ferem de morte, renasce nas crianças e frutos que brotam vida; se morre quando desfalece em sentenças, petições ou acórdãos, de novo sente, roga e acorda mais vivo ao se reincorporar à natureza vivente de tudo e de todos.

Direito, teu nome é movimento.

Ainda que faminto, não está o Direito em coma, porquanto se nutre da seiva incorpórea que acende a luz da vida, enfrenta a existência diária e caminha com esperanças de renascer e se reinventar a cada evento.

### **Autores**

Marcos Ehrhardt Jr.

## IMPACTOS DO NOVO CPC E DO EPD NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

### **Área específica**

Direito Civil.

### **Áreas afins**

O livro enfatiza a relação do direito civil com o direito processual civil, com referências ao direito do consumidor e ao Estatuto das Pessoas com Deficiência.

### **Público-alvo/consumidores**

Todos os operadores jurídicos: advogados, juízes, defensores e promotores, com grande potencial para utilização em cursos de pós-graduação.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001040

I31 Impactos do novo CPC e do EDP no Direito Civil Brasileiro / Marcos Ehrhardt Jr. (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2016.

451 p.

ISBN: 978-85-450-0174-4

1. Direito Civil. 2. Direito Processual Civil. 3. Direito do Consumidor. 4. Estatuto das Pessoas com Deficiência. 5. Código de Processo Civil. I. Ehrhardt Jr., Marcos. II. Título.

CDD 347

CDU 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JR., Marcos (Coord.). Impactos do novo CPC e do EDP no Direito Civil Brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 451 p. ISBN 978-85-450-0174-4.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

**Heloisa Helena Barboza**..... 13

### APRESENTAÇÃO

**Marcos Ehrhardt Jr.**..... 17

## PARTE I

### NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS IMPACTOS NO DIREITO MATERIAL

#### DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CPC

**BECLAUTE OLIVEIRA SILVA** ..... 21

1 Introdução..... 21

2 Notas sobre a diferença entre dívida e responsabilidade e o vínculo com a desconsideração da personalidade jurídica ..... 22

3 Formulação do pedido desconsideração da personalidade jurídica no processo ..... 23

3.1 Pedido de desconsideração na petição inicial ..... 24

3.2 Incidente processual autônomo de desconsideração ..... 25

4 Resposta na desconsideração da personalidade jurídica..... 26

5 Cargas de eficácia da decisão que desconsidera a personalidade jurídica..... 26

6 Consequências da desconsideração da personalidade jurídica ..... 29

6.1 Responsabilização do patrimônio de terceiro ..... 29

6.2 Desconsideração e a fraude à execução..... 30

7 Recurso..... 31

7.1 Recurso em pedido de desconsideração em incidente autônomo na primeira instância..... 32

7.2 Recurso em pedido de desconsideração em incidente autônomo na segunda instância ..... 32

7.3 Recurso em decisão proferida em pedido de desconsideração veiculado na petição inicial ..... 32

8 Coisa julgada e a decisão que desconsidera a personalidade jurídica..... 33

9	Conclusão.....	34
	Referências.....	34

## O IMPACTO DO NOVO CPC NO DIREITO CONTRATUAL: A EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

<b>CARLOS NELSON KONDER.....</b>			<b>37</b>
1	Introdução.....		37
2	O novo CPC e a exigência de fundamentação das decisões.....		38
3	A contribuição da teoria da argumentação para a fundamentação das decisões.....		41
4	A peculiaridade dos princípios e sua importância no direito contratual contemporâneo.....		43
5	As decisões que aplicam o princípio da boa-fé como exemplos do desafio a ser enfrentado.....		47
6	Conclusão.....		51
	Referências.....		52

## OS PATRIMÔNIOS DE AFETAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

<b>LUCIANA PEDROSO XAVIER, VIVIANE LEMES DA ROSA.....</b>			<b>55</b>
1	Introdução.....		55
2	O patrimônio de afetação no Código de Processo Civil de 2015.....		57
2.1	A constituição de capital para garantia de prestação alimentícia decorrente de ato ilícito.....		58
2.2	A impenhorabilidade de créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária.....		66
3	Considerações finais: críticas à regulamentação do patrimônio de afetação pelo Código de Processo Civil.....		72
	Referências.....		74

## MEDIAÇÃO, AUTONOMIA E AUDIÊNCIA INICIAL NAS AÇÕES DE FAMÍLIA REGIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>FERNANDA TARTUCE.....</b>			<b>77</b>
1	Relevância do tema.....		77
2	Mediação, autonomia e voluntariedade.....		78
3	É tempo de acordar?.....		81
4	Mediação judicial: opções relevantes.....		84
5	Designação de sessão consensual inicial em demandas familiares regidas pelo novo CPC.....		88
	Referências.....		90

## UM BREVE ENSAIO ACERCA DOS DIVÓRCIOS EXTRAJUDICIAIS E DO EQUÍVOCO QUE INFORMA UMA DAS OPÇÕES DOGMÁTICAS IDENTIFICADAS NA CODIFICAÇÃO PROCESSUAL CIVIL TUPINIQUIM RECÉM-APROVADA

<b>MARCOS CATALAN.....</b>			<b>93</b>
1	Colunas e aríetes: construção e desconstrução.....		93
2	Decodificando o mosaico formado da fusão de fragmentos jurídicos: Afrodite ou Hefesto?.....		99
	Referências.....		104

## A COLAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

<b>DANIEL BUCAR, DANIELE TEIXEIRA.....</b>			<b>107</b>
1	Introdução.....		107
2	A legítima.....		108
3	A colação e inovação do Código de Processo Civil de 2015.....		112
4	Conclusão.....		119

## A JUSTIÇA DESPORTIVA COMO MARCO HISTÓRICO INAUGURAL DO CRESCENTE FENÔMENO DE EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

<b>JOSÉ EDUARDO COELHO BRANCO JUNQUEIRA FERRAZ.....</b>			<b>121</b>
1	Introdução.....		121
2	Da crescente tendência de extrajudicialização do direito civil.....		123
3	A justiça desportiva enquanto instrumento de resolução extrajudicial de conflitos de interesse.....		126
4	Conclusão.....		132
	Referências.....		133

## O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ASPECTOS CONTROVERTIDOS E QUESTÕES DE DIREITO INTERTEMPORAL

<b>ANTONIO DOS REIS JÚNIOR.....</b>			<b>135</b>
1	Introdução: a revolução do modelo de proteção da pessoa com		

	deficiência mental.....	135
2	A reavaliação do estado da pessoa com deficiência mental: além da capacidade civil.....	138
3	A pessoa com deficiência mental tem direito adquirido à incapacidade?.....	144
3.1	O princípio da não retroatividade da lei.....	146
3.2	A retroatividade da lei ao estado da pessoa.....	148
3.3	A retroatividade da lei às situações jurídicas existenciais.....	151
3.4	A irretroatividade e a retrospectividade da Lei nº 13.146/15 em face das situações jurídicas subjetivas patrimoniais.....	158
3.4.1	A proteção ao ato jurídico perfeito.....	158
3.4.2	A proteção ao direito adquirido.....	160
3.4.3	A proteção à coisa julgada.....	163
3.4.3.1	A decisão de interdição.....	164
3.4.3.2	As decisões, transitadas em julgado, sobre atos e negócios das pessoas com deficiência mental.....	168
4	Prospectiva em torno da invalidade dos atos e negócios firmados por pessoas com deficiência mental.....	170
	Referências.....	172

## PARTE II

### ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO MATERIAL

#### DESVENDANDO O CONTEÚDO DA CAPACIDADE CIVIL A PARTIR DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

	<b>JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES,</b> <b>ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA</b> .....	177
1	Introdução.....	177
2	Revisitando conceitos clássicos: personalidade, capacidade de direito e capacidade de exercício.....	178
2.1	Incapacidade absoluta e incapacidade relativa até o advento do EPD.....	181
2.2	Função do regime das incapacidades.....	183
3	A ideia contemporânea de capacidade a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	188
4	Reflexões finais.....	200
	Referências.....	201

#### A (IN)CAPACIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E O REGIME DAS INVALIDADES: PRIMEIRAS REFLEXÕES

	<b>HELOISA HELENA BARBOZA,</b> <b>VITOR DE AZEVEDO ALMEIDA JUNIOR</b> .....	205
1	Considerações iniciais.....	205
2	Diretrizes constitucionais.....	207
3	A capacidade civil das pessoas com deficiência mental e intelectual.....	211
4	O regime das invalidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção das Pessoas com Deficiência.....	220
5	Considerações finais.....	225
	Referências.....	226

#### A TEORIA DAS INVALIDADES E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – EPD

	<b>CLÁUDIA STEIN VIEIRA,</b> <b>FERNANDO MOREIRA FREITAS DA SILVA</b> .....	229
1	As alterações na teoria das invalidades. A chegada do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	229
2	Os atos/negócios jurídicos celebrados pela pessoa com deficiência mental/intelectual. A repercussão da incapacidade relativa.....	232
3	O casamento.....	235
4	A imperiosidade da manifestação de vontade livre para a celebração de atos/negócios jurídicos.....	235
5	Conclusão.....	236
	Referências.....	239

#### O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES: BREVE ENSAIO SOBRE ALGUMAS POSSIBILIDADES

	<b>ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA</b> .....	241
--	---	-----

1	Considerações iniciais.....	241
2	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as discussões sobre a capacidade civil.....	244
3	Algumas propostas para reflexão sobre a capacidade da pessoa com deficiência: o necessário olhar sobre um novo sistema .....	245
4	Considerações finais.....	254
	Referências .....	255

APONTAMENTOS SOBRE AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OPERADAS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
(LEI Nº 13.146/2015) NO REGIME DAS INCAPACIDADES

<b>BRUNA LIMA DE MENDONÇA.....</b>		<b>257</b>
1	Introdução.....	257
2	Personalidade, capacidade de fato e capacidade de direito.....	258
3	As mudanças operadas na legislação brasileira pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) .....	263
3.1	A revisão do regime das incapacidades .....	266
3.2	A nova curatela .....	269
3.3	A tomada de decisão apoiada.....	273
5	Conclusão.....	275
	Referências .....	276

INFLUXOS DE UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL SOBRE A (IN)VALIDIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PRATICADOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU PSÍQUICA

<b>RODRIGO DA GUIA SILVA, EDUARDO NUNES DE SOUZA.....</b>		<b>279</b>
1	Da invalidade como instância de controle valorativo da eficácia negocial .....	279
2	A incapacidade do agente como simples ponto de partida no estudo da validade dos negócios jurídicos .....	288
3	Considerações em torno da efetiva proteção da pessoa com deficiência: entre autonomia, discernimento e vulnerabilidade.....	299
4	Síntese conclusiva .....	308

A TUTELA PSICOFÍSICA DA PESSOA IDOSA COM DEFICIÊNCIA: EM BUSCA DE INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO DE SUA AUTONOMIA EXISTENCIAL

<b>DEBORAH PEREIRA PINTOS DOS SANTOS, VITOR DE AZEVEDO ALMEIDA JUNIOR .....</b>		<b>311</b>
1	Notas introdutórias: o envelhecimento do corpo e a vulnerabilidade social. A tutela da pessoa idosa com deficiência.....	311
2	Personalidade, capacidade e liberdade: entre conceitos, sentidos e função .....	314
2.1	A capacidade de direito e de exercício. O regime das incapacidades: absoluta e relativa. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a capacidade das pessoas com deficiência mental e intelectual .....	317
3	Capacidade e autonomia privada: liberdade e discernimento .....	322
4	A vulnerabilidade da pessoa idosa e seu melhor interesse.....	327
5	O direito à autodeterminação do idoso em situações existenciais ...	332
6	A tutela existencial da pessoa idosa com deficiência e os instrumentos de promoção de sua autonomia.....	339
7	Notas conclusivas: soberania da pessoa sobre o próprio corpo e o protagonismo sobre a trajetória da vida .....	345
	Referências .....	347

OS REFLEXOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA

<b>FABIOLA ALBUQUERQUE LOBO, LUCIANA BRASILEIRO, MARIA RITA DE HOLANDA SILVA OLIVEIRA, CAMILA BUARQUE CABRAL.....</b>		<b>351</b>
1	A deficiência e sua nova concepção legal.....	351
2	O instituto da interdição diante do novo cenário da curatela e da tomada de decisão apoiada .....	353
3	Os impactos do Estatuto nos direitos existenciais: conjugalidade e parentalidade.....	359
3.1	A conjugalidade da pessoa com deficiência: casamento e união estável.....	360
3.2	Parentalidade: a adoção e o exercício do poder familiar .....	364
4	Conclusões.....	370
	Referências .....	371

A INFLUÊNCIA DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL SOBRE A (IM)PRESCRITIBILIDADE CONTRA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS MENTAIS APÓS O ESTATUTO DA

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**JOSÉ BARROS CORREIA JUNIOR,**

<b>PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE</b> .....	373
1 Introdução.....	373
2 O Estado Democrático de Direito e a capacidade civil dos portadores de deficiência mental .....	376
3 O instituto prescrição para os portadores de deficiência mental no Código Civil.....	382
4 A Constituição como filtro axiológico e metodológico na aplicação da prescrição para os portadores de deficiência mental.....	387
5 Conclusão.....	393
Referências .....	394

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR: DIÁLOGOS E DESAFIOS

**ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA,**

<b>NICOLAS FASSBINDER</b> .....	397
1 Introdução.....	397
2 A virada de Copérnico do direito no século XX: da codificação clássica à proteção dos vulneráveis.....	398
3 O Estatuto da Pessoa Com Deficiência e o novo Código de Processo Civil: ressignificações no direito privado brasileiro.....	401
4 A atuação jurisprudencial no reconhecimento da hipervulnerabilidade dos deficientes .....	409
5 Notas conclusivas .....	412
Referências .....	413

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 757/2015  
ALTERA O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA,  
O CÓDIGO CIVIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>FLÁVIO TARTUCE</b> .....	415
1 A alteração dos arts. 3º e 4º do Código Civil. Retorno parcial à antiga teoria das incapacidades.....	416
2 Da modificação do art. 1.548 do Código Civil. Do casamento celebrado pelo incapaz.....	421
3 Das alterações dos arts. 1.767 e 1.777 do Código Civil .....	423
4 Propostas quanto à tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A do Código Civil) .....	424
5 Da repristinação dos arts. 1.768, 1.770, 1.771 e 1.773 do Código Civil de 2002 .....	427
6 Análise pontual da proposta de alteração do art. 1.772 do Código Civil, conforme o projeto do relator.....	429
7 Da inclusão do art. 1.780-A no Código Civil. Da curatela do enfermo ou portador de deficiência física.....	432
8 Das alterações dos arts. 747, 748 e 755 do novo Código de Processo Civil.....	434
9 Da inclusão do art. 763-A no novo CPC. Aplicação residual das regras da curatela para a tomada de decisão apoiada e possibilidade de conversão em curatela .....	438
10 Da inclusão do art. 1.768-B no Código Civil .....	440
11 Da reabilitação do interditado. Proposta de art. 1.775-B do Código Civil. Sugestão de regra de direito intertemporal para as pessoas que se encontram interditas na entrada em vigor do EPD.....	441
12 Da alteração do art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	443

SOBRE OS AUTORES.....	447
-----------------------	-----